

ARRANJOS INSTITUCIONAIS E RELAÇÕES DE PODER NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Christiane Fernandes dos Santos (1); Cimone Rozendo (2); Maria de Fátima Oliveira de Sousa (3); Paulo César Diniz (4)

(1) *Universidade Federal do Rio Grande Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil, chrisfernandes@ufersa.edu.br*

(2) *Universidade Federal do Rio Grande Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil, cimone.rozendo@gmail.com*

(3) *Universidade Federal do Rio Grande Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil, fatima@globomail.com*

(4) *Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Sumé, PB, Brasil, p.diniz@uol.com.br*

INTRODUÇÃO

O semiárido nordestino é compreendido sob a ótica de diferentes crenças e percepções, principalmente quando o foco da análise é a escassez hídrica que nele se perpetua. A abordagem predominante é a de uma região problema, marcada pela seca, responsável pela pobreza que assola a população nordestina. Essa concepção orientou as políticas estatais que foram desenvolvidas, no decorrer de décadas, como forma de enfrentamento ao fenômeno da seca. Em outra perspectiva, o semiárido é percebido por um conjunto de possibilidades expressas por diferentes políticas e/ou técnicas, que orientam a convivência com o semiárido e que se configuram pelo discurso da sustentabilidade.

É mediante esse contexto que a Transposição do Rio São Francisco, presente na agenda pública há mais de um século, mas só recentemente transformada em prioridade do governo, ao ser incorporado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no ano 2007, vem possibilitando percepções distintas quanto aos seus propósitos, ora apontado como um projeto que promoverá a sustentabilidade hídrica para o semiárido rompendo com o problema da escassez, ora apontado como um grande equívoco pelas suas próprias contradições (deslocamento de populações, custos da obra, impactos ambientais, incertezas quanto ao real público beneficiado pelo projeto).

Os programas e ou projetos integrados ao PAC caracterizam-se pela urgência de inserir o país no cenário da modernização. Segundo Loureiro *et al.*, (2013), essa questão dificulta a formação de arranjos decisórios mais democráticos, fazendo entender que as tomadas de decisões acontecem em arenas mais insuladas. Apreende-se desse contexto que o Projeto de Integração do São Francisco se constrói e se desenvolve em campos revestidos de relações de poder, onde há a sobreposição de uma classe sobre outra - entre a burocracia

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

estatal e os atores políticos. E, entre estes e a população diretamente atingida pela transposição.

Os arranjos-políticos institucionais¹ formados para a implementação da Transposição do São Francisco, no município de São José de Piranhas, no estado da Paraíba, são permeados por situações que anunciam relações de poder, pretensamente forjadas em princípios democráticos. No entanto, ao reconstruir a trajetória desse processo, observou-se o que Bourdieu denomina de um poder simbólico: “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2012, p.7-8).

Dessa maneira, o presente artigo objetiva analisar o processo inicial de implementação das obras de integração no referido município paraibano, na perspectiva das relações de poder desencadeadas. Essa questão conduziu à inquietações como: quais as instituições envolvidas no processo decisório e suas devidas competências? Como se construíram as responsabilidades e decisões entre os diferentes agentes institucionais e atores sociais? Como essa política vai se desdobrando nas comunidades atingidas e quais dinâmicas mobiliza?

É dentro dessa perspectiva de análise de relações de poder que perpassam nos arranjos institucionais das políticas de água, no contexto do semiárido nordestino, que este trabalho se insere. Contudo, não tem a pretensão de encerrar um entendimento em torno da temática aqui abordada, mas instigar novos olhares.

PERSPECTIVAS CONCEITUAIS PARA A ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE PODER NO CONTEXTO DA “TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO”

PODER E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: um breve entendimento

O poder simbólico, segundo Bourdieu, se dá quando as pessoas submetidas a alguma forma de poder ou dominação, não se vêem como tal. Esse poder, considerado como mágico, vai se perpetuando sem que haja nenhuma forma de questionamento e/ou anteverção por parte daqueles que se encontram na situação de submissão. Entretanto, revela que:

“É necessário descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade

¹ Trata-se de um “conjunto de regras, organizações e processos que definem a forma particular como se coordenam atores e interesses em uma política pública específica” (Gomide e Pires, 2012, p. 3).

daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2009, p.7-8).

Trata-se de um poder que é aceito pelos agentes envolvidos no contexto, tanto por aqueles que o exercem como por aqueles sobre os quais o poder é exercido, conduzido, porém, ignorado.

[...] poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário (...) se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença” (p.14).

São através dos sistemas simbólicos (a arte, a língua, a religião), instrumentos de conhecimento e de comunicação, que o poder é exercido. As relações de comunicação são, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, de poder material ou simbólico acumulado pelos agentes ou pelas instituições envolvidas (BOURDIEU, 2012). Constituem-se como tal à medida que cumprem sua função política de imposição e legitimação da dominação, de um indivíduo sobre outro, de uma classe sobre a outra, que para o autor revela uma situação de violência simbólica.

Norbert Elias (2000), em seu livro “Os estabelecidos e os Outsiders” busca compreender o comportamento dos indivíduos a partir do espaço social que os mesmos ocupam. Apoiar-se, assim como Bourdieu, numa perspectiva relacional indivíduo-sociedade. Para o autor, o indivíduo existe a partir das marcas simbólicas constituídas através das relações sociais que participam. Ambos concordam que em todas as relações humanas perpetuam-se relações de poder, resultantes das estruturas das relações sociais.

Dentro dessa perspectiva de Bourdieu e Norbert Elias sobre poder simbólico, a comunicação como um instrumento simbólico - que pode legitimar a dominação, e conseqüentemente, promover a violência simbólica - e, mediante as nossas inquietações sobre o projeto de integração do São Francisco buscando entendê-lo sob essa mesma lógica é necessário, inicialmente, que se identifique quais instituições - Estados, ONGs e demais atores sociais – estão envolvidos no processo, bem como entender a forma que estes dialogam. Como se propagam as relações de poder? Como é que, no contexto dessa política, se constrói o discurso por parte do Estado para a população atingida?

REFLEXÕES SOBRE O PODER NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTATAIS

O trabalho de Elizabeth Clemens (2016), intitulado *What is political sociology?* busca entender as relações de poder nas diferentes configurações sociais, constituindo-se uma referência importante, para o objeto de análise em questão. Para a autora, a organização de poder está intrinsecamente relacionada com as questões políticas, e estas podem levar à diferentes direções, seja à democracia, ao autoritarismo ou a outras formas já familiares de organização do poder.

Em sua obra, a autora desenvolve uma espécie de arqueologia do poder, exemplificando, através de estruturas passadas e em outros sistemas contemporâneos de poder político, como o poder é socialmente organizado. Seu interesse é explicar o surgimento, a reprodução e a transformação de diferentes formas de ordenamento político. Para tanto, aponta o conceito de poder como ferramenta inicial de análise. Para Clemens (2016), o entendimento de poder deve ir além da sua definição, do seu significado denotativo. Perpassa pela necessidade de compreender as condições para que este seja possível, para que ele exista. Para isso, aponta duas principais condições: primeiro, o exercício do poder requer uma diferença de preferências, ou seja, o desejo de sujeito deve ser diferente do desejo do outro. Segundo, o exercício do poder depende de uma distribuição desigual de recursos ou da capacidade de influenciar os outros, mesmo que estes se apresentem, inicialmente, com certa resistência.

O trabalho de Loureiros *et al.* (2014, p. 18) trata dos conflitos e coalizões de interesse envolvidas no projeto de integração do São Francisco, apontando os posicionamentos contrárias como mais forte politicamente, “pois eram dotadas de amplo poder de veto junto ao governo federal, por sua vez constituídas por lideranças políticas dos Estados potencialmente prejudicados com a transposição (Bahia, Minas Gerais, Sergipe e Alagoas)”. Além dessas lideranças políticas, a sociedade civil tem importante papel nas mobilizações contrárias ao projeto. Já as coalizões favoráveis à sua implementação ficam a espreita de novos apoios políticos em momentos estratégicos como as ocasiões de secas, por exemplo. Tais coalizões eram “Compostas essencialmente por lideranças políticas, ministros, técnicos do governo [...] potencialmente beneficiários da transposição (Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba)”. Esse cenário de coalizões que se construiu em volta da transposição representa a perspectiva de Clemens (2016) quando cita a diferença de preferências e, também, a capacidade de influência de uns sobre os outros como condições necessárias para o exercício do poder.

Clemens (2016) aproxima-se, contudo, do entendimento de poder apontado em Weber (1994) cuja definição está relacionada às condições de um determinado indivíduo ou grupo influenciar outros, apesar do comportamento de resistência destes. Entretanto, alerta para os desafios e limitações que se configuram nas relações de poder e dominação: por um lado, deixar de participar de um grupo significa aceitar às condições estabelecidas, mas também desfrutar dos benefícios produzidos coletivamente, como é o caso do acesso à água, por exemplo. Por outro lado, essa dependência ao que se obtém devido à cooperação aumenta os riscos de saída à medida que, também, fortalece o exercício do poder.

CONFRONTO POLÍTICO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Os confrontos políticos são compreendidos sob dois principais vieses: primeiro, como uma dinâmica dos movimentos sociais para o alcance de algo e, também, pela sua capacidade de se configurar mediante uma situação específica. Esta segunda perspectiva direciona a análise para o trabalho Tarrow (2009) intitulado “O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político”. O autor parte da ideia de que estamos vivendo em uma sociedade em movimento, onde os confrontos políticos têm produzidos novos movimentos sociais. Acrescenta que,

O confronto político ocorre quando pessoas comuns, sempre aliadas a cidadãos mais influentes, juntam forças para fazer frente às elites, autoridades e opositores. [...] prepará-los, coordená-los e mantê-los contra opositores poderosos é a contribuição singular dos movimentos sociais. [...] o confronto político conduz a uma interação sustentada com opositores quando é apoiado por densas redes sociais e estimuladas por símbolos culturalmente vibrantes e orientados para a ação. O resultado é o movimento social (TARROW 2009, p.18).

Na perspectiva do autor, o confronto político é o fenômeno que expressa o descontentamento dos cidadãos ou instituições aos seus opositores. No entanto, os movimentos sociais são tidos como o principal recurso que as pessoas têm contra os fortes opositores ou estados poderosos. Possibilitam, ainda, organizações e novas ideologias e, conseqüentemente, a construção de novas coletividades. É nesse contexto que os movimentos sociais,

Ocorrem no interior de instituições, através de grupos constituídos que agem em nome de objetivos que dificilmente causaria estranheza. A ação coletiva torna-se confronto quando é empregada por pessoas que não têm acesso

regular às instituições, que agem em nome de exigências novas ou não atendidas, e que se comportam de maneira que fundamentalmente desafia os outros ou as autoridades. (TARROW, 2009, p. 19).

A partir do entendimento de confronto político e movimentos sociais, as relações de poder podem ser melhores compreendidas à medida que: possibilita a reflexão sobre as limitações da ordem social, a formação de novos grupos e, conseqüentemente a participação social.

O artigo de Bourdieu e Sayad (2005), que trata da “Dominação colonial e o saber cultural” é uma referência importante para refletir as relações de poder, agora, atrelada às políticas de reassentamentos, que se constroem de modo impositivo e, por conseguinte, sem a participação da população atingida. Em seu artigo, tratam dos impactos que a política francesa de reassentamento dos camponeses argelino tem ocasionado. Os camponeses desapropriados foram realocados para lugares escolhidos puramente por razões militares. Esses “assentamentos anárquicos” é a expressão mais forte de uma relação de poder de dominação repressiva. O exército parecia não ter outro objetivo senão,

Esvaziar as zonas difíceis de controlar, sem se preocupar muito com a população evacuada, sem assumir o objetivo explícito de organizar sua realocação e, deste modo, toda a sua existência. Os camponeses arrancados das suas residências habituais foram reunidos como um rebanho em grandes centros, cuja localização tinha sido escolhida por razões exclusivamente militares (BOURDIEU; SAYAD, 2005, p. 42).

Dessa maneira, a dominação colonial se expressa no modelo de um poder simbólico à medida que impõe aos argelinos modos de vivências que dista do seu padrão tradicional. Os agentes da colonização impõem aos argelinos uma identidade pautada no modelo europeu, conduzindo-os a negar o que de fato os são, distanciando-os da sua cultura singular, impondo-os uma nova forma de existência. No entanto, tal política transformou-se em grande problemática. Para os assentados, representou a desintegração da ordem social e cultural local. Também, o surgimento de um novo tipo de sujeito que detém comportamentos antagônicos: comportamentos importados pela colonização e o comportamento herdado da tradição ancestral, e não mais, apenas este. Nas palavras dos autores,

“A lógica mesma da situação colonial produziu um novo tipo de homens e mulheres, que podem ser definidos negativamente, pelo que não são mais e

pelo que ainda não são, camponeses ‘descamponeizados’” (BOURDIEU; SAYAD, 2005, p. 50).

É dessa maneira que a cultura colonial foi se impondo aos camponeses de certa maneira que passa a fazer parte das suas vidas, coexistindo com o que “restou” da sua própria tradição, revelando uma existência de contradições.

Considerando a situação da política de reassentamento dos camponeses argelinos, e no intuito de estabelecer uma analogia com a realidade das famílias reassentadas em São José de Piranhas/PB, atingidas pelas obras da transposição, é importante refletir como se deu o processo de poder e confronto ao longo da implementação das obras. Como se estabeleceram os interesses do Estado e os interesses da população, principalmente, daquela diretamente atingida?

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

LÓCUS DA PESQUISA: caracterização

Este artigo é o resultado preliminar de uma pesquisa em andamento sobre “as marcas da transposição do Rio São Francisco” no eixo Norte da obra. A pesquisa foi realizada no município de São José de Piranhas, localizado no alto sertão paraibano, região semiárida do Nordeste brasileiro integrante do polígono das secas, fronteira com o estado do Ceará. A população estimada no ano de 2018, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) foi de 20.053 (vinte mil e cinquenta e três) habitantes.

O município tem sua história pontuada por duas situações de desapropriações de terras: a mudança da sede da vila São José de Piranhas, que ocorreu em 1932 em virtude da construção do açude Engenheiro Ávidos, reservatório planejado para promover o abastecimento de água das cidades circunvizinhas (Sousa e Cajazeiras, localizadas no estado da Paraíba), e fortalecer as atividades de irrigação. Mais recentemente, em função do PISF, o município passou por um complexo processo de transformações em função das intensas desapropriações de terras para construção de túnel, reservatório, aquedutos, canais e Vilas Produtivas Rurais (VPRs).

As bacias responsáveis pela captação da água são as dos seguintes rios: do Jaguaribe, no estado do Ceará; do rio Piranhas-Açu, com extensão na Paraíba e no Rio Grande do Norte; do Apodi, no Rio Grande do Norte; do Paraíba, na Paraíba; do Moxotó, Terra Nova e Brígida,

no Pernambuco, na bacia do São Francisco (GONÇALVES, 2014). O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste setentrional está dividido em dois principais eixos (Eixo Norte e Eixo Leste), conforme demonstrado na figura a seguir.



FIGURA 1 – Eixos de integração das águas do São Francisco

Fonte: <https://www.resumopb.com/noticia/eixo-norte-da-transposicao-do-rio-sao-francisco-devera-incluir-umnovo-trecho.html>

O trecho da obra que perpassa no município de São José de Piranhas/PB está incorporado ao Eixo Norte. Proporcionalmente o município de São José de Piranhas tem o maior percentual de desapropriação territorial de todo o percurso da obra de transposição, mais de 5.200 hectares foram desapropriadas, o que representa 7,76 % da área rural piranhense. O projeto previa, inicialmente, a expropriação de aproximadamente 460 pessoas, distribuídas em 295 propriedades. Porém, passados dez anos do início da obra, segundo censo realizado pelo STR, o número das pessoas diretamente atingidas pela transposição é significativamente superior. Somente nas Vilas Produtivas Rurais (VPRs), foram reassentadas em torno de 700 pessoas², em sua maioria pequenos proprietários e/ou moradores.

² Aqueles cujas indenizações fossem até R\$ 30 mil poderiam optar pelo Reassentamento nas Vilas Produtivas Rurais. No caso de indenizações superiores a este valor a mesma era paga diretamente ao agricultor que se responsabiliza por sua realocação.

INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS E SUJEITOS DA PESQUISA

Inicialmente, realizou-se, no mês agosto de 2018, uma pesquisa de cunho exploratório. Nessa etapa, como instrumento metodológico, optou-se pela análise de documentos disponibilizados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas/PB (STRJB) e visita ao trecho da obra. Também, realizou-se entrevistas, que se fez através de um roteiro previamente elaborado. As entrevistas foram realizadas com 2 (dois) representantes locais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 2 (dois) representantes comunitários e 4 (quatro) moradores reassentados.

Com o intuito de fundamentar teoricamente a análise, recorreu-se aos conceitos (poder simbólico, violência simbólica e confronto político) pautando-se, principalmente, nos trabalhos de Bourdieu (2000, 2012), Clemens (2016), Loureiro *et al.* (2013; 2014), Tarrow (2009), Nobert Elias (2000).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A “TRANSPOSIÇÃO” EM SÃO JOSÉ DE PIRANHAS/PB: arranjos institucionais e relações de poder

O Projeto de Integração do São Francisco, no município de São José de Piranhas/PB, tem desencadeado diferentes mudanças em virtude do processo de desapropriação de terras e, conseqüentemente, do reassentamento da população atingida. Entretanto, para compreender tais processos foi necessário remeter um olhar para as instituições que atuaram localmente em função da implementação do projeto, como também entender o comportamento dos indivíduos mediante as expectativas de mudanças a serem desencadeadas no seu espaço de vida e trabalho. Para tanto, evidenciou-se os arranjos institucionais construídos para a implementação do Projeto de Integração do São Francisco naquele município se faz, principalmente, mediante o trabalho da empresa CMT Engenharia, a atuação do MI, a mediação realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dos atingidos pela obra.

A CMT Engenharia foi a empresa contratada pelo Ministério da Integração (MI), responsável pelos primeiros trabalhos de medição das terras que se encontravam na faixa de implantação da obra de transposição. A chegada da empresa, se fez, inicialmente, de maneira misteriosa. Segundo os moradores quando questionavam os agentes sobre o trabalho da empresa no local, ora eram informados que estavam à procura de minérios, ora diziam que se

tratava do início das obras da transposição do São Francisco que iria chegar à São José de Piranhas, e que toda a região que estava submetida aos trabalhos da equipe técnica seria inundada.

Primeiro foram uns aviões passando bem baixinho, era de dia e de noite. Passavam quase raspando nas telhas das casas. Era um negócio meio esquisito, cada um que achasse que era uma coisa, né? Depois foi uns homens pegando uns pouco de terra pra analisar. Uma hora diziam que era porque as terras tinham minério, outra diziam que era porque o projeto do São Francisco vinha pra cá, e tudo ia ser coberto d'água (REPRESENTANTE COMUNITÁRIO 1).

Essa questão gerou descontentamento devido à duplicidade de informação, mas também descrença em grande parte da população, pois não se acreditavam na possibilidade das águas do São Francisco chegar naquela região, afinal tratava-se de uma obra pensada nos “tempos do império”.

Ninguém sabia de nada, só sabia que era os homens do Governo que ‘tavam’ indo nas terras. Uns diziam que era a transposição do Rio São Francisco, mas desde que eu era menina (hoje já tô nessa idade) que ouvia minha avó falar dessa história. Não acreditava que fosse isso não!!!! (REASSENTADA 1).

“Os técnicos vinham e ninguém sabia para que era. Faziam fotografias áreas, tiravam amostras de solo, faziam diagnóstico com as famílias sem explicar para que era” (REPRESENTANTE COMUNITÁRIO 2).

Mediante a necessidade de se compreender o porquê das pessoas estarem medindo suas terras, sem convencê-los do real motivo pelo qual as mediam, os moradores das comunidades atingidas buscaram apoio junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas/PB, que a partir de então passou a dialogar com os responsáveis pela obra.

A participação do sindicato e seu papel de mediador entre o MI e os moradores

De repente, começamos a ouvir a mesma estória de muitas pessoas: ‘Olhe tem gente medindo as terras. Tão dizendo que é uma obra que o governo vai fazer’. Outros diziam: ‘tão dizendo que a gente vai ficar sem as terras’. Começamos a ficar preocupados e fomos investigar pra saber o que era (REPRESENTANTE SINDICAL 1).

Querendo compreender o porquê de pessoas estarem medindo suas terras, sem convencê-los do real motivo, os moradores das comunidades buscaram apoio junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas/PB, que a partir de então passou a dialogar com os responsáveis pela obra.

Quando abriram um mapa gigante e nos explicaram, quase caio pra trás, diante dos meus olhos estava uma transformação, uma revolução no nosso município. Mas, como é que poderíamos explicar aquilo para o povo? Inicialmente, disseram que só o pessoal do Ministério da Integração poderia fazer isso, mas era praticamente impossível vir alguém lá de Brasília. Mesmo sendo difícil, tentamos e conseguimos. Pouco depois de uns trinta dias tínhamos a representante do Ministério aqui. Marcamos uma reunião nas comunidades e ela explicou detalhadamente como seria cada etapa da obra e o que iria acontecer, passo a passo (REPRESENTANTE SINDICAL 1).

O desdobramento da obra do São Francisco, em São José de Piranhas/PB, foi permeado por situações de falta de informação ou informação inapropriada da empresa (CMT Engenharia) para a população local. Esse fato, representa uma situação de imposição e dominação estatal, à medida que não havia possibilidade de escolhas para que os moradores saíssem ou ficassem nas suas residências.

A atuação do Sindicato sob a necessidade e influência dos atingidos pelas obras da transposição expressa uma situação de confronto político se analisado mediante o entendimento de Tarrow (2009) pois, para este autor, esse tipo de confronto ocorre quando as entidades de classes, representadas nesse contexto pelo Sindicato, mobilizaram forças para fazer frente às decisões das autoridades estatais. Contudo, observou-se que, o que poderia se constituir como um enfrentamento ao poder e à violência produzida pelo Estado, acabou se constituindo em práticas para a sua propagação e fortalecimento.

O diálogo construído entre o Estado e a população diretamente atingida se caracterizou, predominantemente, pelos momentos de esclarecimentos e entendimentos sobre a obra, e de negociações, jamais de enfrentamento e arbitrariedade. Dessa forma o poder do Estado, traduzido no projeto de transposição, passa a ser aceito pelos sujeitos que se encontram a ele submetidos. É conduzido e exercido por agentes estatais, porém, vai se desdobrando na sociedade sem ser ignorado e sem maiores contraversões.

A intervenção do Sindicato como agente intermediador foi além do interesse de compreender do que se tratava o trabalho da CMT. Também articulou representantes do MI para que explicassem, o real projeto para a população local. Esse fato, levou a realização de várias

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

reuniões entre MI, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a população que seria atingida. Essas reuniões constituíram o principal meio de articulação política dos atingidos. Os processos de indenização, os locais de reassentamento nas Vilas Produtivas Rurais (VPR's), as configurações das VPR, as formas de distribuição das famílias. Tudo passou a ser mediado pelo STR nessas reuniões.

[...] a primeira reunião foi realizada em São José de Piranhas em outubro de 2004, com o objetivo de apresentar o projeto à população local e, no decorrer dos dez anos de discussões foram realizadas 25 reuniões. Essas reuniões não seguiram um calendário fixado pelo Ministério da Integração (MI), elas foram realizadas por convocação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas (STRSJP), órgão representativo dos trabalhadores, quando percebia algum foco de tensão. Cabia a esse órgão convocar as reuniões sendo a única forma encontrada pelo STRSJP de pressionar o Ministério da Integração Nacional (MI) para agilizar as ações do projeto (GONÇALVES, 2004, p.87).

Ainda de acordo com os relatos dos representantes do Sindicato, a participação da prefeitura foi apontada no momento da realização de um plebiscito entre a população. No projeto da transposição, estava previsto um aqueduto (até então denominado aqueduto Piranhas) que levaria a água - saída do Túnel Cuncas I, que perpassa a água do Ceará (CE) para a Paraíba - para o final dos canais, depois que chegasse ao município de São José de Piranhas. No meio do processo, surge a ideia de se construir uma barragem, recebendo as águas vindas do Ceará e, apenas depois, encaminhadas ao açude Engenheiro Ávidos (um dos destinos finais do PISF). Para decidir entre o aqueduto e a barragem é que a prefeitura realiza o plebiscito, sendo a barragem (barragem de Boa Vista, no município de São José de Piranhas/PB), a proposta vencedora, tornando-se uma das maiores do estado da PB (mais de 250 milhões de metros cúbicos) e que, no momento da pesquisa, estava em fase de instalação de adutoras para atender a cidade de São José e as VPR's com a água (captada das chuvas do ano de 2018).

Diante as narrativas apresentadas, infere-se que a chegada do Ministério da Integração tem sido permeada por relações de Poder que se perpetua mediante a ação impositiva do Estado, que se revelou desde os estudos de viabilidade até os processos de implantação do projeto. Da mesma maneira, a ação da prefeitura em articular um plebiscito se constituiu em um instrumento de validação formal dos seus interesses, expressando o exercício de um poder simbólico. A relação Estado e população atingida se constrói sob um prisma de dominação estatal, de poder e da violência simbólica, tratada por Bourdieu (2006) e Norbert Elias (2000). Contudo, é pertinente ressaltar que, dentro desse contexto, houveram algumas situações que

retratam resistências. O sorteio das casas das vilas, por exemplo, era feito de modo que garantisse a aproximação das moradias entre os parentes. Também, houve uma reivindicação na mudança dos nomes das Vilas, de Jurema para Cacaré, como uma tentativa de manter a identidade comunitária anterior.

Dominação estatal e principais dinâmicas desencadeadas: o que transpôs?

A ação do Estado, expressa através da implementação do PISF, apresenta diferentes situações de dominação sobre as populações atingidas. Essa questão pode ser observada à medida que o projeto foi se desdobrando em São José de Piranhas/PB. A dominação identificada, inicialmente, se fez à medida que, nos moldes que o projeto foi desenhado, não apresentava possibilidades de escolhas das pessoas permanecerem nas suas comunidades.

O percurso para a consolidação das quatro VPR's (Irapuã I, Irapuã II, Cacaré e Quixeramobim), que atualmente acomodam, em média, 200 famílias e, aproximadamente, 700 pessoas, passou (e ainda passa) por alguns desafios. Conforme evidenciado pelo representante do Sindicato, foram quase 08 anos entre a desapropriação da terra e a ocupação das vilas. Diante essa situação, parte das famílias atingidas foi morar na cidade, em situação de aluguel, outras procuraram se instalar em sítios vizinhos, de parentes e amigos, até a construção das vilas. Isso desencadeou um processo de mobilidade. O aluguel, geralmente era pago com o recurso advindo MI, através do Programa de Transferência Temporária (PTT).

Muitos dos moradores sinalizaram a vontade em permanecer em uma determinada vila, como uma forma de manter a configuração social e cultural constituída nas suas comunidades de origem. O gráfico presente na Figura 2, mostra o número de casas construídas e o número de família distribuídas por vilas. É pertinente ressaltar que a VPR de Cacaré recebe uma divisão simbólica (Cacaré I e Cacaré II) com o propósito de facilitar as dinâmicas e políticas do local. Uma das características importantes são os lotes de expansão, que medem 25mx50m, disponibilizados no entorno de cada casa para a construção de futuras residências e acomodação de outros membros da família.

Mesmo depois de ocuparem as casas nas VPR'S, diferentes problemas surgiram, conforme apontaram os entrevistados: aparecimento de rachões nas residências, limitação da produção agrícola, tanto relacionada à criação animal como ao plantio, devido principalmente à questão da indisponibilidade da água e a própria dificuldade de acesso à água.

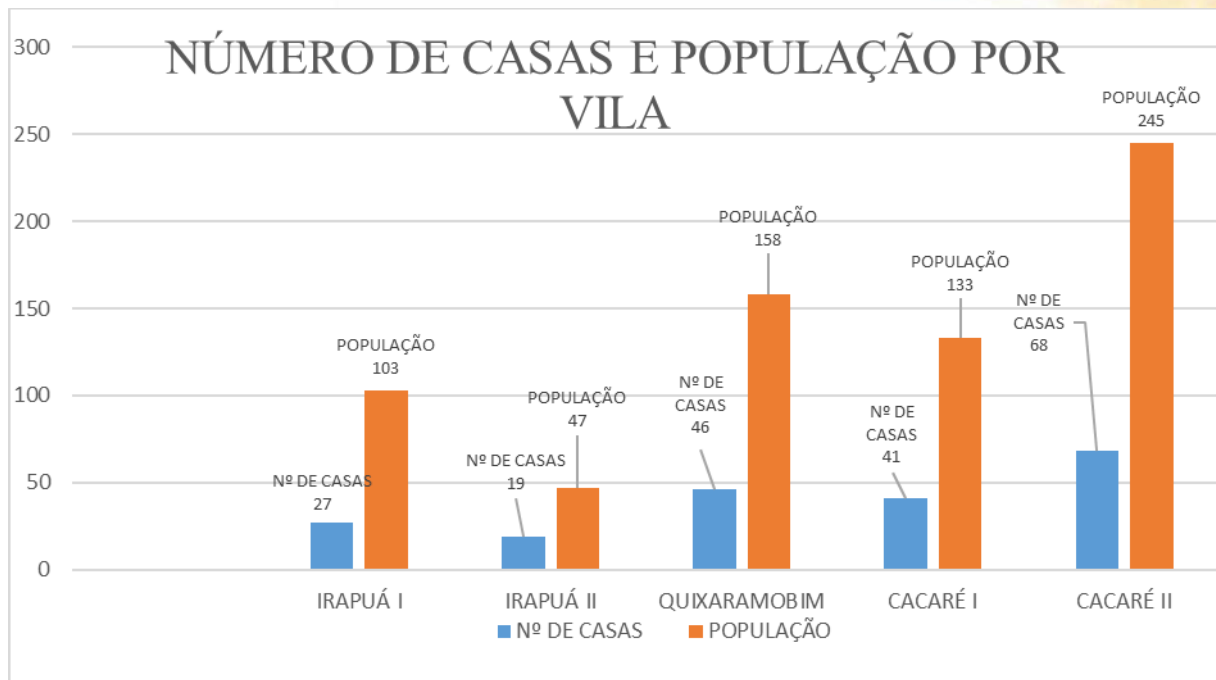


Figura 2 – Número de casas e populações por VPR's em São José de Piranhas/PB.
Fonte: Pesquisa exploratória, 2018. Adaptado dos registros documentais coletados junto ao STRJP.

Os moradores das vilas recebem uma indenização, denominada de Verba de Manutenção Temporária (VMT), que deve se estender até a conclusão da obra. Porém, o seu valor vem diminuindo significativamente (iniciou em torno de 2,5 salários e, na época da pesquisa estava condicionada a um salário mínimo, segundo informações do representante sindical), e com a chegada da água, vai deixar de existir.

Assim como a dominação colonial expressa no trabalho de Bourdieu e Sayad (2005), a dominação estatal evidenciada no projeto de integração do São Francisco é caracterizada pelo poder simbólico e resulta numa situação de violência simbólica à medida que conduziu a população diretamente atingida à uma nova realidade que dista nos seus mais diferentes aspectos (cultural, social, política e econômica entre outros) da realidade há tempos vivenciada.

Uma das questões mais difíceis no processo de desapropriação, segundo os moradores, era a saída da terra, do lugar de origem. Pois, isso representou em deixar pra trás aspectos de uma vida, marcados pela própria história do lugar, da família e dos laços afetivos construídos com a vizinhança.

A pessoa nasce e se cria num lugar, não pensa em deixar. Além disso, a gente ficou pensando: e vamos pra onde? Ali nasceu meus pais, avós e bisavós. O lugar que a gente conhece todo mundo é diferente, vai separar as famílias? E as pessoas que

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

mesmo sem ser da família nasce e se cria junto? [...]
(REASSENTADO 2).

Evidenciou-se, nesse estudo, que diferentes dinâmicas foram colocadas em curso com a implantação da obra. Para umas pessoas, isso representou autonomia no que diz respeito, principalmente, a conquista de uma casa própria, agregada a sua unidade de trabalho. Assim como, no que se refere a esperança de ter acesso a água de maneira não submissa a terceiros:

Eu acho que agora tô no céu. Trabalhei na obra por mais de quatro anos, entrei como ajudante e sai como encanador. Era morador, trabalhava e vivia na terra dos outros. Como a casa que eu morava fui eu que construí tive direito a uma indenização e por isso recebi a casa na vila e um pedaço de terra. Trabalho agora pra mim mesmo. (REASSENTADO 3).

Não tô reclamando não, mas a água também era de favor. O dono da terra era o dono dos açudes, do cacimbão e das cacimbas. Por causa disso a gente também pensava duas vezes em sair de lá. Numa seca grande, a pessoa vai pra onde? É melhor ser morador que a pessoa tem garantido ao menos a água né? (REASSENTADO 4).

Na fala do Moradores 3 e 4, é possível perceber que havia uma relação de poder entre proprietários e moradores que se estabelecia em torno tanto do acesso à terra como do acesso à água. Entretanto, como o Projeto da Integração do São Francisco possibilitou a construção de túneis, barragem, deslocamento populacional, mudanças econômicas e culturais, mas ainda não “transpôs” a água do “Velho Chico” em São José de Piranhas/PB. Foi evidenciado na fala dos demais entrevistados que o acesso à água, principalmente para o consumo humano, ainda é um gargalo para quem habita nas VPR’s. Muitas famílias recorrem a vizinhos que possuem poços para lhes fornecerem água, principalmente para beber, uma vez que a transposição ainda não chegou para ninguém e, portanto, as famílias das vilas estão na condição de “sem água” desde a chegada às VPR’s até o momento da pesquisa.

Os desafios em volta do acesso água ainda persiste nas VPR’s construídas em São José de Piranhas, tanto no que se refere a água para beber, como para a produção agrícola. Essa situação poderia ser amenizada com o Programa Um Milhão de Cisterna (P1MC), porém não chegou às vilas devido os seus próprios critérios de não contemplar comunidades que tenham água canalizada. No que diz respeito a produção, ficou limitada aos lotes de cerquerio, pois a distribuição dos lotes irrigados aconteceu, mas ainda não está sendo utiliza-

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

do para a produção, pois as famílias não receberam “o kit de irrigação”, assim como não foi feita a ligação da adutora partindo da barragem de Boa Vista, até os lotes referidos. Essa realidade, foi apontada na VPR de Irapuá II.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados iniciais indicaram que os arranjos institucionais formados para a implementação do Projeto de Integração do São Francisco, em São José de Piranhas/PB, se constroem e se desenvolvem em campos revestidos de relações de poder, onde há a sobreposição da burocracia estatal em relação aos atingidos pela transposição. Os processos decisórios no que diz respeito ao início da obra, assim como a escolha da área a serem cobertas pelas águas, e das famílias desapropriadas, por exemplos, ocorreram de modo impositivo, expressando-se sob forma de violência simbólica, pois a maneira impositiva que os agentes estatais iniciaram os trabalhos de medição, sem expressar preocupação em informar à população do que se tratava de fato expressa a legitimação da dominação, de uma classe (os agentes estatais) sobre a outra (a comunidade diretamente atingida).

À medida que o projeto da transposição foi se desdobrando em São José de Piranhas/PB instigou a participação ativa do sindicato, no que diz respeito, principalmente, ao papel que exerceu de agente interventor/mediador entre população atingida e os agentes do Ministério da Integração. A aproximação entre ambos possibilitou o diálogo e, conseqüentemente às negociações fazendo o processo parecer democrático.

Dentre várias dinâmicas mobilizadas como o deslocamento populacional, surgimentos de novos agrupamentos, novos costumes, nova cultura, destacam-se: o contentamento de muitos pela conquista da terra e o descontentamento mediante à dificuldade do acesso a água, e conseqüentemente, da limitação da produção agrícola familiar. Pode-se inferir, que a transposição representa um tipo de dominação estatal que se expressa através da violência simbólica exercida à medida que impõe às famílias desapropriadas, modos de vidas distintos e rompimentos culturais.

Remetendo-nos ao objeto de análise do presente estudo e a base conceitual apresentada, induz refletir que o Projeto de Integração do São Francisco, em São José de Piranhas/PB, desencadeou relações de poder, caracterizadas principalmente através do poder e da violência simbólica perpetuada no decorrer do processo de implantação, haja vista que os atingidos são conduzidos à outra realidade, cujas possibilidades de escolhas são poucas ou,

até mesmo, inexistentes. Ao analisar o comportamento político dos atores envolvidos, bem como a condução do processo decisório, a política de reassentamento e, aos aspectos que possibilitam os atores locais permanecerem submetidos a uma relação de poder, identifica-se o exercício da violência simbólica promovida pelo Estado.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. A dominação colonial e o saber cultural. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 26, p. 41-60, jun. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rsocp/n26/a05n26.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

CLEMENS, Elisabeth S. Power and political. *In: What is political sociology?* Cambridge: Polity Press, 2016.

ELIAS, Norbert. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Zahar, (1976) 2000.

FERREIRA, Messias de Lima. **São José de Piranhas: um pouco de sua história**. 2ª ed. (ampliada). Editora Real, Cajazeiras Pb. 2011.

GOMIDE, A.; PIRES, R. Capacidades estatais para o desenvolvimento no século XX. *In: Boletim de Análise Político-Institucional*, n.2, Ipea, 2012.

GONÇALVES, Cláudio Dias Barbosa. Impactos, conflitos e tensões do projeto de integração do Rio São Francisco no município de São José de Piranhas/PB. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2014.

LIJPHART, A. **Patterns of democracy**: government forms and performance in thirty-six democracies. Yale University Press, 1999.

LOUREIRO, M. R.; TEIXEIRA, Marco Antonio C.; FERREIRA, Alberto. **Democracia e desenvolvimento no Brasil contemporâneo**: conflitos e articulação de interesse no projeto São Francisco. Rio de Janeiro, IPEA, 2013. (Texto para discussão). Disponível em: <repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2002/1/TD_1883.pdf>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

_____. Desenvolvendo capacidades estatais: conflitos e articulação de interesses no Projeto de Integração do Rio São Francisco. **Desenvolvimento em Questão**, Editora Unijuí, ano 12, n.º 28, out-dez, 2014.

MANN, Michel. **The sources of social power**: a history of power from the beginning to AD 1760. Cambridge University Press, 1986.

MENDONÇA, Sônia Regina. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v.1, 1996, p.94-125. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008/1/MENDON%C7A_Estado_Poder_Cultura.pdf>. Acesso em: 03 de nov. de 2018.

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

TARROW, Sidney. **O poder em movimento:** movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** v.1. Brasília: EdUnb, 1994.